



Desenvolver competências de Planeamento e Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local

13 DE MAIO DE 2015

Alteração dos paradigmas das políticas públicas de desenvolvimento,
privilegiando:

- **mobilização dos parceiros económicos, sociais e territoriais** – as escolhas, os recursos mobilizados, a monitorização e as correções de trajetória devem ser realizadas com significativa participação dos parceiros;
- **criação de riqueza e de emprego pelas empresas** e pelo investimento produtivo;
- **princípio da subsidiariedade** - os agentes mais próximos dos problemas a superar e das oportunidades a realizar são os mais eficientes e eficazes protagonistas e responsáveis;
- **focalização nos resultados** - a sua implementação constitui a fundamentação exclusiva das decisões de financiamento, estando condicionada a decisão de aprovação de financiamentos à prévia caracterização e aceitação dos resultados a atingir;
- **concentração num número limitado de domínios de prioridade** – para que a focalização nos resultados seja efetiva;

- **atenção, apoio e estímulo aos empreendedores e aos promotores** - fim dos comportamentos focalizados nas entidades públicas e nos procedimentos administrativos
- **incentivo e o estímulo à cooperação e à integração entre atores e entidades** – penalização de iniciativas e de investimentos atomizados e individualizados;
- **coordenação e integração de intervenções e de financiamentos** - para maximizar ganhos de eficiência e para alavancar recursos públicos através da mobilização de financiamentos privados;
- **otimização da utilização, dos efeitos e dos impactos dos recursos financeiros públicos** - primado da racionalidade económica na atribuição de recursos e na gestão operacional;
- **articulação acrescida entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias;**
- **simplificação de procedimentos** – associada à redução dos custos administrativos, contribui para a equidade das oportunidades no acesso aos financiamentos (salvaguardando a regularidade procedimental e a segurança dos sistemas de gestão e controlo);

in “Acordo de Parceria”

ACORDO DE PARCERIA

O modelo de governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020 e respetiva arquitetura institucional visa quatro objetivos:

- simplificação do modelo de governação;
- orientação para resultados;
- estabelecimento de regras comuns para o financiamento, que assegurem condições de equidade e transparência mas também, a competição entre beneficiários; e
- simplificação do acesso dos beneficiários ao financiamento e a redução dos respetivos custos administrativos.

PLANO DE AVALIAÇÃO – PDR 2020

Assegurar a realização das atividades de avaliação adequadas, tendo em vista:

- fornecer informação necessária ao acompanhamento do programa (relatórios anuais de execução);
- alimentar o relatório anual de execução a apresentar em 2017;
- fornecer informação necessária para demonstrar os progressos em relação aos objetivos estabelecidos e alimentar o relatório anual de execução a apresentar em 2019;
- assegurar que a informação necessária para fins de avaliação está disponível no momento certo e no formato adequado.

PLANO DE AVALIAÇÃO – PDR 2020

O sistema de acompanhamento e avaliação tem como objetivo:

- demonstrar os progressos e resultados da política de desenvolvimento rural e avaliar o impacto, a eficácia, a eficiência e a pertinência das intervenções no domínio da política de desenvolvimento rural;
- contribuir para direccionar melhor o apoio ao desenvolvimento rural;
- apoiar um processo de aprendizagem comum relativo ao acompanhamento e à avaliação.

Desenvolver competências de Planeamento e Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local

Introdução ao Plano de Avaliação

Identificação das principais envolvidas e respetivas responsabilidades

Entidades	Responsabilidades em relação à monitorização e avaliação
Grupo de coordenação da avaliação	Coordenação das atividades de avaliação, harmonização de orientações comuns, coordenação com procedimentos de avaliação ao nível de outros fundos
Autoridade de Gestão	Governança e funcionamento do sistema de monitorização e avaliação e sua qualidade, incluído o reporte e a contratação dos avaliadores, plano de avaliação e disseminação de resultados.
Comité de Acompanhamento do PDR	Acompanhamento e revisão do PDR através da utilização de indicadores e do Plano de Avaliação.
Organismo pagador	Fornecimento de informação sobre a execução do PDR e sobre as medidas do I Pilar.
Beneficiários	Informação relativa às operações - Formulários de candidatura; relatórios de execução das operações; resposta a inquéritos e entrevistas para fins de estudos de avaliação.
Grupos de ação local (GAL)	Informação do acompanhamento e avaliação da implementação de estratégias de desenvolvimento local e respetiva articulação com o acompanhamento e avaliação do PDR.
GPP	Coordenação e articulação institucional e acompanhamento.
Rede Rural Nacional (RRN)	Disseminação através do envolvimento de público mais alargado, disseminação de Boas Práticas. Capacitação.
INE	Fornecedores de informação de contexto
Outros ministérios	Fornecedores de informação de contexto e sobre execução de outros programas
Avaliadores	Peritos responsáveis pela qualidade da avaliação do PDR. Entidade independente da autoridade responsável pela implementação do programa.

Desenvolver competências de Planeamento e Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local

Introdução ao Plano de Avaliação

Tarefas de governação e entidades envolvidas

Tarefas	Entidades envolvidas
Planear os recursos necessários à avaliação e capacitação	GCA, AG e RRN
Apoiar o processo de capacitação.	AG, Av, GPP e RRN
Acordar com os fornecedores de informação a sua disponibilidade	GPP, AG, IFAP, OE, GAL e Av
Estabelecer o sistema de monitorização e avaliação do PDR	AG, IFAP, GPP, GAL, CA e Av
Coordenação contínua das atividades de avaliação com a implementação do PDR	GCA
Apresentação e discussão dos relatórios no comité de acompanhamento	AG e Av
Preparar e acompanhar a estratégia de comunicação	GCA, AG, CA e RRN
Preparar os termos de referência e conduzir o procedimento concursal (no caso de contratação de avaliador externo) para as avaliações.	GCA, AG, GPP e IFAP
Rever o plano de avaliação	GCA e AG
Controlo de qualidade dos relatórios de avaliação	AG e GPP

Desenvolver competências de Planeamento e Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local

Introdução ao Plano de Avaliação

P6B - FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS

INDICADORES META 2014-2020

Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023
População líquida	3.954,00
T21 % da população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local (P6B)	72,73
População rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local (P6B)	3.734.564,00
T22 % da população rural que beneficia da melhoria de serviços/ infraestruturas (P6B)	0,08
T23 Criação de empregos em projetos apoiados (Leader) (P6B)	2.348,00

INDICADORES DE REALIZAÇÃO PREVISTOS 2014-2020

Designação da medida	Indicador	Valor
M16 - Cooperação (art. 35.º)	Total de despesas públicas € (16.1 a 16.9)	3.327.818,00
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (artigo 35.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	Número de GAL selecionados	47,00
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (artigo 35.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	População abrangida por GAL	3.734.564,00
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (artigo 35.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	Total de despesas públicas (EUR) - apoio preparatório (19.1)	2.233.333,00
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (artigo 35.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	Total de despesas públicas (EUR) - apoio à realização de operações no âmbito da estratégia DLBC (19.2)	152.963.937,00
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (artigo 35.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	Total de despesas públicas (EUR) - preparação e execução das ações de cooperação do grupo de ação local (19.3)	10.925.992,00
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER (artigo 35.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	Total de despesas públicas (EUR) - apoio aos custos de funcionamento e animação (19.4)	54.629.980,00

No que diz respeito à Abordagem LEADER é necessário estabelecer mecanismos de articulação entre a avaliação do PDR e a avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local.

Pressupõe a criação de uma matriz comum para a avaliação das EDL de modo a integrar esta informação na avaliação do PDR e a realização de atividades de formação e divulgação dirigidas aos GAL a efetuar pela Rede Rural Nacional.

A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS GAL

Após o encerramento da 1.ª Fase do concurso será publicado um convite às parcerias pré-reconhecidas para apresentação de uma EDL que, com base nos objetivos estratégicos definidos a partir do diagnóstico (SWOT), discrimine os objetivos específicos a atingir, a aplicação das medidas/ações dos Programas Financiadores para a sua consecução, bem como os resultados esperados, expressos em indicadores físicos, através da elaboração de uma Matriz de Enquadramento Lógico.

Para além dos indicadores específicos de cada EDL, devem ser utilizados os indicadores de realização, de resultado e de impacto (no caso dos rurais), definidos para cada Programa Financiador e que constarão do Convite.

Desenvolver competências de Planeamento e Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local

Introdução ao Plano de Avaliação

DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO (SWOT)

Domínios (Áreas Temáticas/Prioridades de Investimento)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégicos

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO DA ELD

	Hierarquia dos Objectivos	Indicadores						Medida/Acção do PO ou PDR2020	Recursos (% da despesa pública)
		Realização	Meta 2020	Resultado	Meta 2020	Impacto	Meta 2020		
Objectivo Estratégico									
Objectivo Específico									
Objectivos Operacionais/Atividades									
Pressupostos									

Resultados esperados na prossecução dos DLBC RURAIS – FEDER e FSE

Intervenção dos DLBC Rurais focalizada na criação de emprego, avaliada através dos seguintes elementos:

- **Criação de emprego** - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego – FSE, e Postos de trabalho das empresas apoiadas - FEDER;
- **N.º de Empresas apoiadas;**
- **Criação sustentável de emprego** - em linha com o indicador de resultado “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio”;
- **Mobilização de investimento privado associado à intervenção pública** - em linha com o indicador de resultado “Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado”.
- EDL com atuação complementar noutras Prioridades de Investimento FEDER ou FSE – obrigatoriedade de demonstrar o contributo direto para os indicadores de realização e resultado dessas Prioridades de Investimento. (Ex. intervenções no domínio da valorização do património cultural e natural – Aumento de visitantes, aumento das dormidas, etc)

Resultados esperados na prossecução dos DLBC RURAIS – FEADER

A avaliação das propostas deve ponderar os seguintes elementos:

- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego;
- Empresas apoiadas;
- Percentagem da população coberta pela EDL;
- Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- Percentagem de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas;
- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais;
- Peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais
- Número de ações de promoção de produtos de qualidade ou locais, ou número de produtos promovidos;

PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

Tipo de DLBC	Fundo	Principais áreas de intervenção
DLBC Rurais	FEADER	<ul style="list-style-type: none">• Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;• Pequenos investimentos na transformação e comercialização;• Diversificação de atividades na exploração;• Cadeias curtas e mercados locais;• Promoção de produtos de qualidade locais;• Renovação de aldeias
	FEDER	<ul style="list-style-type: none">• Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;• Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;
	FSE	<ul style="list-style-type: none">• Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;• Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;

QUESTÕES IMPORTANTES

- Definição clara e objetiva das metas que uma EDL se propõe atingir;
- Pressupostos de base fiáveis e baseados no histórico ou em informação estatística disponível;
- Concentração em áreas temáticas com potencial de obtenção dos resultados mais relevantes para os territórios;
- Utilização de um Sistema de Informação único - SI PDR2020;
- Formulários de candidatura semelhantes e simples, embora com particularidades para cada EDL, garantindo a obtenção dos dados para aferição dos indicadores, logo à partida (regra base – o que não for solicitado na candidatura, dificilmente será disponibilizado posteriormente);
- Definição clara dos indicadores específicos da EDL, que sejam mensuráveis e em número q.b. para serem trabalhados e utilizados na demonstração dos resultados alcançados.